

Boletim especial da Secretaria de Mulheres do Sintusp



8 DE MARÇO DE 2023 - DIA INTERNACIONAL DE LUTA DAS MULHERES

O governo Bolsonaro deixou um legado nefasto às mulheres: o aumento da violência física e sexual, do feminicídio, e o ataque às políticas públicas voltadas ao combate da violência contra a mulher.

O feminicídio é uma epidemia, um verdadeiro extermínio de mulheres. Vitima uma média de 4 mulheres por dia no Brasil. Uma situação alarmante e escandalosamente naturalizada. As vítimas são desde bebês recém-nascidas a idosas! Isso tem que parar!

Por isso se faz necessário o combate sério da misoginia, assim como do racismo. Sabemos que simplesmente criar leis não adianta, embora pode ser uma medida importante de pressão por mudanças reais. Mas, a batalha é por conscientização e reparação na prática. A mudança vem com luta, participação política, debate e políticas públicas efetivas.

O governo passado, ao contrário, cortou verbas, tentou vetar a distribuição de produtos de higiene íntima e absorventes para combater a pobreza menstrual, fechou casas abrigos que atendiam mulheres e crianças vítimas de violência, além dos ataques às professoras e à educação sexual nas escolas. O caso mais exemplar e escandaloso de misoginia e machismo, protagonizado pela ministra Damares, foi a perseguição a uma menina de 10 anos, vítima de abuso sexual e quase impedida de abortar. Infelizmente casos como este são muito comuns e subnotificados.

O judiciário misógino é conivente com essa violência estrutural quando dificulta o acesso ao aborto nos casos em que ele já é previsto em lei.

O direito elementar ao próprio corpo, perseguido e negado de várias formas, nos mostra como é necessário e urgente organizarmos a luta pelo direito ao aborto legal de forma independente dos governos, que já deixaram bem claro que não tem nenhum interesse em garantir esse direito.

Dados da OMS mostram que cerca de 45% dos abortos no mundo são inseguros, ou seja, colocam em risco a vida da mulher. Destes, 97% se concentram na África, Ásia e América Latina, justamente os continentes com leis mais restritivas. Dados oficiais também mostram que as mulheres mais sujeitas a morte por aborto clandestino e inseguro são mulheres negras e indígenas, adolescentes ou mais velhas, vulneráveis economicamente e sem rede de apoio. Ao contrário das mulheres brancas de classe média e alta que podem pagar caro para realizar o procedimento de forma menos insegura, ainda que clandestinamente. Ou seja, o direito ao aborto legal e seguro é um direito humano fundamental e uma questão de classe. E mesmo quando as mulheres decidem ser mães, são negligenciadas pelo estado e sofrem uma série de violências obstétricas institucionalizadas.

Principalmente se forem não brancas e mais jovens. Por tudo isso, lutar por justiça sexual e reprodutiva é imprescindível.



Ato de 2018- São Paulo

Tarcísio, bolsonarista do Republicanos e governador de São Paulo, escolheu uma nova Damara para ser secretária

da mulher, Sonaira Fernandes, que declarou guerra ao movimento de mulheres, chamando as feministas de genocidas. Mesmo no governo federal, com Lula e Alckmin, a nova ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, também não está comprometida com essa nossa luta histórica. Da mesma forma, não temos visto esforços deste governo para a revogação da Lei de Alienação Parental, que tem sido usada por abusadores contra crianças e suas mães.

As mulheres são metade da humanidade, e mais da metade da classe trabalhadora, se considerarmos o trabalho não-pago do cuidado. Ou seja, todo o trabalho doméstico e de cuidados básicos com crianças, idosos e doentes é o que sustenta a economia e a sociedade. E ele é feito de forma gratuita, quase exclusivamente pelas mulheres. Mulheres e crianças são 70% dos miseráveis no mundo. Ainda sofremos violências misóginas como mutilação genital, casamentos forçados e exploração sexual apenas pelo fato de nascermos meninas, do sexo feminino. Ganhamos em média 30% a menos que os homens. Mulheres negras chegam a ganhar 80% menos que homens brancos.

No Brasil, as famílias chefiadas por mulheres foram as principais vítimas da fome. Cerca de 63% dessas famílias sofrem em algum nível com a insegurança alimentar, com acesso restrito à proteínas, sem realizar as três refeições básicas diárias. Cerca de 20% dessas famílias, sobretudo chefiadas pelas mulheres negras, estão em situação gravíssima de miséria e fome. Na fila do osso e do lixo, as mulheres eram a maioria.

As reformas trabalhista, da previdência e as medidas de Paulo Guedes atingiram em cheio a mulher trabalhadora. Graças às MPs da morte de Bolsonaro, milhares de mulheres foram demitidas, como as trabalhadoras terceirizadas da USP, durante a pandemia. Esses ataques devastadores sobre a classe trabalhadora só fizeram aprofundar a violência doméstica e a dependência das mulheres em relação a seus agressores.

Diante desse cenário miserável, nós, mulheres trabalhadoras, sabemos que a luta contra a opressão machista e patriarcal só poderá ser vitoriosa se lutarmos contra a exploração capitalista, que transforma a miséria em oportunidades de lucro.

Seguimos o exemplo das mulheres peruanas que hoje se levantam contra o governo autoritário e opressor de Dina Boluarte. Mulheres indígenas, de diversas idades que, ao se depararem com o aumento do autoritarismo e da miséria, não mais se calam. Elas se colocam em marcha para lutar pela derrubada do governo e em defesa dos direitos dos povos originários atacados pela direita racista peruana. Essas mulheres que hoje se recusam a retroceder, empoderadas pela luta de classes, são a mostra da potência que carregamos nas nossas mãos.



Por isso, neste 8 de março, chamamos as companheiras e companheiros trabalhadores da USP, efetivos e terceirizados, a marcharem juntos, num bloco classista, pela:

**REVOGAÇÃO DAS REFORMAS E
DIREITO AO ABORTO LEGAL, SEGURO
E GRATUITO!
FAÇAMOS COMO AS MULHERES
PERUANAS!**

Na USP, a melhor e mais elitista universidade brasileira, os resultados nos rankings internacionais e os discursos dos dirigentes universitários contrastam absurdamente com a real situação das mulheres trabalhadoras da universidade. Nos postos de trabalho ocupados majoritariamente por mulheres, nos trabalhos que o patriarcado considera típico para as mulheres, como as tarefas ligadas à limpeza, educação e cuidado com os doentes, se concentram os maiores ataques.

São milhares de trabalhadoras terceirizadas da limpeza que, em nome da manutenção dos lucros dos donos de empresas terceirizadas, são humilhadas na USP. O chão que brilha enchendo os olhos de quem adentra as salas e passam pelos corredores da universidade, a limpeza e organização impecável das salas de aulas prontas para receber os alunos ingressantes ofusca as verdadeiras responsáveis pela manutenção da universidade. Invisibilizadas pela reitoria, essas mulheres foram obrigadas a trabalhar intensamente durante as férias de verão, para limpar a USP da sujeira acumulada graças às políticas de corte de verbas e diminuição do quadro de funcionários levada a cabo pela burocracia universitária. Não é coincidência que aquelas que recebem os menores salários e têm os contratos mais precários sejam mulheres e negras. A USP e sua política privatista jorram machismo. A Pró-reitoria de Inclusão e Pertencimento e o USP mulheres dizem, de forma cínica, que os atrasos de salários e de benefícios, a falta de direitos e o adoecimento dessas mulheres não são problemas dela. A PRIP se diz de inclusão, mas exclui as mulheres negras trabalhadoras e ataca os estudantes mais pobres da USP.



Greve das trabalhadoras da Higilimp - 2015

As gestantes e as mães de crianças com deficiência ou que necessitam de cuidados e atenção especiais, são desrespeitadas pela USP. As trabalhadoras da saúde tiveram que gritar para ter garantida a segurança sua e de seu filho durante a pandemia. Mães com filhos com deficiência, autointituladas MÃES ATÍPICAS ganharam na justiça o direito a redução de jornada, mas a USP se recusa a cumprir a lei. A maternidade típica e a atípica não são respeitadas na USP, que não assegura que elas possam se ausentar do trabalho quantas vezes forem necessárias para atenderem os direitos do filho aos cuidados de saúde e educação. Estas mulheres ficam sobrecarregadas, com horas a dever e descontos salariais abusivos. A USP pune duplamente as mulheres estudantes e trabalhadoras por serem mães ao negar o direito ao acesso à creche no local de trabalho e pune ainda mais as mães cujos seus filhos necessitam de cuidados especiais. Por isso lutamos por uma maternidade voluntária, prazerosa e socialmente amparada.



HU - 2021

Na Saúde, a maioria dos postos de trabalho são ocupados por mulheres. E justamente no HU e no HRAC, Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais, o Centrinho de Bauru, concentram os últimos e mais ofensivos ataques às trabalhadoras, além do assédio moral e o avanço da lógica privatista.

Mais de 500 funcionários, sendo mais da metade mulheres, foram obrigados mediante ameaças e chantagens da USP a assinarem um termo de anuência que os obrigava a trabalhar para fundações privadas que passaram a gerir o HRAC. Aquelas e aqueles que se recusaram, foram assediados, ameaçados de transferências a revelia para cidades muito distantes de Bauru. O avanço da lógica privatista na USP, com o atual plano do reitor Carlotti para a saúde, pretende destinar mais de 200 milhões de reais para a iniciativa privada, ao invés de recompor o quadro de funcionários do HU, sobretudo o corpo de enfermagem que é principalmente feminino e está sobrecarregado pela falta de contratação. Com as chuvas e o envelhecimento dos maquinários do hospital o teto está literalmente caindo sobre a cabeça das trabalhadoras e ameaçando a saúde da população. Mas a reitoria da USP prefere encher o bolso dos empresários ao invés de recuperar o hospital. As trabalhadoras da higienização e limpeza tiveram postos reduzidos, aumentando a sobrecarga e deixando o hospital mais vulnerável a doenças. Lutar em defesa do HU é defender o direito à saúde e defender as companheiras e companheiros do hospital, que estão submetidas a intensa sobrecarga e assédio moral.

As trabalhadoras das creches, professoras e todo o corpo educacional foram sistematicamente atacadas pelas últimas gestões da USP. Foram décadas de luta para o reconhecimento das professoras de educação infantil. Mas, graças às políticas de ataque à permanência, as creches foram sendo fechadas, como a creche do HU e a Oeste, vagas cortadas e as trabalhadoras com jornadas de trabalho cada vez maiores, sem tempo de descanso e alimentação fundamentais para a saúde física e mental dessas trabalhadoras. A infância, o direito das mães trabalhadoras e estudantes e os direitos das trabalhadoras da educação não valem nada para essa reitoria e para a PRIP.

Nossa saída é a luta. Não podemos aceitar essa lógica empresarial e privatista que despeja ataques profundos as mulheres. Por isso chamamos as trabalhadoras a fortalecerem a Secretaria de Mulheres do SINTUSP para organizar nossa luta.

Chamamos nossos companheiros a lutar ao nosso lado, a participar das atividades do dia internacional de luta das mulheres e darem um passo à frente no combate ao machismo nos locais de trabalho e nos seus lares. Somente a luta unificada da nossa classe pode nos garantir um mundo livre de opressão e exploração.

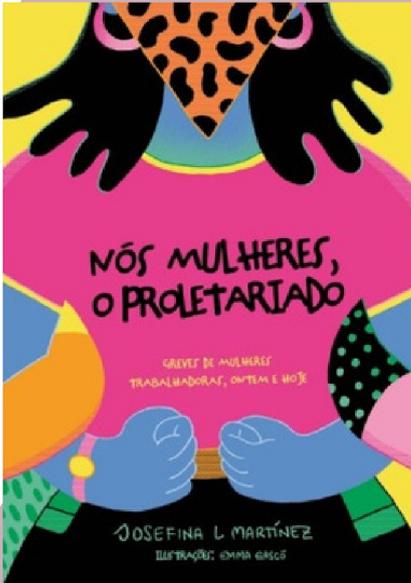
CALENDÁRIO

- **08/03** - Ato unificado do dia internacional de luta das mulheres às 17h em São Paulo, no MASP
- **14/03** - Roda de conversa com Tati Carvalho sobre o livro Nuvem carregada sobre a terra às 12h no Sintusp (São Paulo)
- **21/03** - Roda de conversa "Por uma maternidade voluntária, prazerosa e socialmente amparada" com mediação de Gabi Almeida às 14h no Sintusp (São Paulo)
- **28/03** - Roda de conversa sobre o livro Nós mulheres, o proletariado, sobre as greves de mulheres trabalhadoras às 12h no Sintusp (São Paulo)
- **31/03** - Seminário Vozes que não calam contra o assédio na USP, com participação de Neli P. Wada e Simony dos Anjos às 8h30 (local a confirmar) - Adusp, Sintusp, DCE, APG e Rede não Cala



**MULHERES TRABALHADORAS
CONTRA O MACHISMO, A FOME E A VIOLÊNCIA! SEM ANISTIA
PARA GOLPISTAS! REVOGAÇÃO DAS REFORMAS, DESPEJO ZERO
E LEGALIZAÇÃO DO ABORTO, JÁ!**

Nós Mulheres, o proletariado



Esse livro, organizado por Diana Assunção, trabalhadora da Faculdade de Educação da USP, traduzido de 'No somos esclavas!', foi escrito por Josefina Luzuriaga Martínez, dirigente do grupo internacional de mulheres Pan y Rosas, originalmente publicado em castelhano no Estado Espanhol.

A ideia da edição em português surgiu para recuperar histórias de resistência e das lutas pela emancipação das mulheres junto a todos os oprimidos, difundindo-as para todas e todos que se interessam pelo debate sobre mulheres e seu papel decisivo no movimento operário. O livro aborda sobre greves femininas, com debates cruzados por gênero, classe e imigração, mostrando que a história das lutas das mulheres é e sempre foi repleta de lições estratégicas para

Roda de conversa

"Por uma maternidade voluntária, prazerosa e socialmente amparada"

Mediação de Gabi Almeida - Trabalhadora da biblioteca da FAU

Nuvem carregada sobre a Terra

Autora: Tatiana Carvalho, trabalhadora do Instituto de Psicologia da USP
Quatro músicos resolvem passar o período de quarentena, durante a pandemia de 2020, isolados em um sítio no interior de São Paulo, para terminar um projeto musical, com suas respectivas famílias. Contudo, em meio ao isolamento, Joana e Leila, esposas de dois dos músicos, acabam se apaixonando e vivendo descobertas e experiências profundas e transformadoras. Apesar do isolamento, o caos vivido pelo mundo não deixará de penetrar também naquele mundo supostamente protegido.

